

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma ferramenta para a formação e aprimoramento profissional numa perspectiva antirracista

Adriana de Andrade Mesquita<sup>1</sup>Jussara Francisca de Assis dos Santos<sup>2</sup>Bruna Lira Ventura Ribeiro<sup>3</sup>Luana Libório da Rosa Martins<sup>4</sup>Maria Alice Silva Santos Félix<sup>5</sup>

### RESUMO

O artigo contextualiza a extensão universitária como parte do tripé de ensino e pesquisa, ao qual a curricularização da extensão precisa estar alinhada aos Planos de Desenvolvimento Institucionais, aos Projetos Políticos Institucionais, aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nos demais documentos normativos. Objetivam-se contribuir para o debate e construção de estratégias que possibilitem o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais. Baseia-se em um estudo bibliográfico e relato de experiência das autoras que tem utilizado a extensão universitária como ferramenta para a formação e aprimoramento profissional numa perspectiva antirracista. Verificou-se que a extensão universitária é uma ferramenta potente para tal formação e, ao ser articulada ao ensino e à pesquisa, apresenta condições importantes de contribuir para os desafios postos ao enfrentamento ao racismo por assistentes sociais. Concluiu-se que o Projeto de Extensão tem se apresentado como ação potente para o debate.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Antirracismo. Formação profissional.

### ABSTRACT

The article contextualizes university extension as part of the teaching and research tripod, to which the extension curriculum needs to be aligned with Institutional Development Plans, Institutional Political Projects, Course Pedagogical Projects and in other normative documents. The objective is to contribute to the debate and construction of strategies that make it possible to face racism in the professional routine of social workers. It is based on a bibliographical study and experience report of the authors who have used university extension as a tool for training and professional improvement in an anti-racist perspective. It was found that university extension is a powerful

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: adriana.mesquita@ufop.org.br

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: jussaraassis@id.uff.br

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. E-mail: brunaliraribeiro@id.uff.br

<sup>4</sup> Mestranda em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luanaliborio@id.uff.br

<sup>5</sup> Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: maria.assf@aluno.ufop.edu.br

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

tool for such training and, when articulated to teaching and research, it presents important conditions to contribute to the challenges posed by social workers when confronting racism. It was concluded that the Extension Project has been presented as a powerful action for the debate.

**Keywords:** University Extension. Anti-racism. Professional qualification.

## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade é um espaço importante de produção e difusão de conhecimentos, que se fundamenta na lógica do ensino – da pesquisa – e da extensão como pilares básicos. A extensão universitária promove o desenvolvimento de atividades destinadas à interação entre a universidade e a comunidade na qual está inserida, estabelecendo relação permanente entre a universidade e a sociedade. Logo, as ações extensionistas são indissociáveis do ensino e da pesquisa, num movimento que possibilita articular a socialização do conhecimento junto ao público externo e interno da universidade num movimento de transformação da realidade social em que vivemos. Dessa forma, destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) que prevê a inclusão de atividades de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação até o ano de 2024.

A extensão universitária ganhou outro lugar nos cursos de formação superior com a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A partir disso, temos o processo de curricularização da extensão que passa a regulamentar atividades de extensão no currículo dos Cursos de graduação, obrigatoriamente de no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Com isso, a curricularização da extensão precisa estar alinhada aos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), aos Projetos Políticos Institucionais (PPIs), aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Neste sentido, objetivamos contribuir para o debate e construção de estratégias, a partir de ações extensionistas, que possibilitem o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais. Baseia-se em um estudo bibliográfico e relato de experiência das autoras que tem utilizado a extensão universitária como ferramenta para a formação e aprimoramento profissional numa perspectiva antirracista. Verificou-se que a extensão universitária é uma ferramenta potente para tal formação e, ao ser articulada ao ensino e a pesquisa, apresenta condições importantes de contribuir para os desafios postos ao enfrentamento ao racismo por assistentes sociais.

## 2 O RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Falar sobre o racismo na sociedade brasileira leva-nos a problematizar as particularidades de nossa formação social que se caracteriza pelo desenvolvimento tardio — e dependente — do capitalismo e como o mesmo se apropriou do racismo como eixo fundamental para o seu desenvolvimento. Assim, a particularidade de nossa formação social deve ser analisada a partir dos processos de colonização, do escravismo e de capitalismo dependente.

As especificidades formadas no Brasil, tais como, a valorização dos homens, principalmente brancos, a sexualização da mulher negra, o genocídio da população negra, a divisão antagônica das classes burguesa e trabalhadora, caracterizaram as desigualdades sociais que se perpetuam até os dias atuais. Como Florestan Fernandes (2006) coloca, para entender o cenário atual, é necessário fazer um exercício de compreensão do passado, destacando sob quais pilares a construção da nação brasileira foi fundamentada. É importante termos outra leitura de nossa história, já que a versão da “história oficial” da forma como tem sido repassada, anula e/ou deturpa as particularidades de nossa realidade, o que leva à sociedade brasileira desconhecer o passado desta nação.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

No Brasil, o processo de colonização foi marcado pelo saque e exploração dos recursos naturais do território brasileiro e, também, pela submissão, catequização, uso de violência e extermínio dos povos originários que aqui habitavam, sendo este confronto — portugueses *versus* indígenas — “o primeiro problema, que se apresenta ao estudioso do escravismo colonial” (GORENDER, 1978, p. 53). Reforça-se, que o extermínio desses grupos é uma triste realidade que se perpetua até os dias atuais. Ou seja, desde o período colonial, os poderes econômico, político e social se mantiveram nas mãos de uma pequena classe, sendo que dentro dessa lógica, as Coroas subordinavam os colonizadores; os colonizadores subordinavam os senhores de engenho; e os senhores de engenho subordinavam escravizados, delimitando uma hierarquia social.

Além da exploração colonial e da submissão das elites agrárias brasileiras em relação à Europa, a presença do escravismo dos povos negros africanos pode ser entendida como a principal base de sustentação do período colonial ocorrido, mais precisamente, a partir do ano de 1530. De acordo com Nascimento (2016, p. 43), “A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão [...]”. Localizados em todas as regiões do país, os africanos escravizados eram constantemente deslocados para atender as necessidades decorrentes de novas descobertas para o desenvolvimento do capitalismo europeu.

Vale reforçar, que o sistema escravocrata foi determinante na construção da economia e da nação brasileira, sendo submetidos ao racismo e ao uso de violência com requintes de extrema crueldade por parte tanto dos colonizadores — que os traficavam do litoral africano em direção ao litoral brasileiro —, quanto dos feitores e dos senhores de engenho. Para o autor Jacob Gorender (1978, p. 70), “trabalho e castigo são termos indissociáveis no sistema escravista”, visto que, uma característica marcante e que era considerada necessária e justa por essa sociedade, era o fato de conferirem “ao senhor o direito privado de castigar fisicamente o escravo”.

PROMOÇÃO



APOIO



Contraditoriamente e, segundo palavras de Nascimento (2016),

[...] esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. [...] Essa rubulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém, todas essas e outras dissimulações oficiais não conseguiram encobrir a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista (NASCIMENTO, 2016, p. 45).

Nesse contexto, diversas estratégias foram idealizadas a fim de branquear a população e controlar o seu crescimento, como, por exemplo, “o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto” (NASCIMENTO, 2016, p. 63), ou seja, os mulatos, os pardos, etc. Inegável que este crime, a exploração sexual da mulher negra, se perpetua por anos.

Historicamente falando, apesar de alguns autores, como Gilberto Freyre, buscarem formas de justificar, romantizar e negar, não há dúvidas que a escravidão, no Brasil, foi pautada no racismo, no abuso, na brutalidade e no genocídio contra a raça negra — não permitindo quaisquer aberturas para uma possível democracia ou igualdade racial —, sendo que estes tornaram-se mais complexos, estruturais, estratégicos e violentos no decorrer dos anos, mesmo após a Abolição da Escravatura no ano de 1888. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escravizada ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas (NASCIMENTO, 2016, p. 13).

Importante evidenciar, conforme Nascimento (2016), que os escravizados africanos manifestavam sua inconformidade e sua recusa em relação às condições sociais que lhes eram compulsórias — seja mediante protestos, revoltas, fugas ou até mesmo tentativas de suicídio. A exemplo disso, citamos a constituição dos diversos quilombos. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

Diante do debate que apresentamos aqui, contextualizar e problematizar o racismo a partir das particularidades da realidade social e histórica do capitalismo dependente brasileiro é essencial para decifrar as demandas que se colocam frente a “questão social” na cena contemporânea. Cena esta que exige e exigirá, tanto de assistentes sociais quanto de profissionais inseridas/os na operacionalização de políticas públicas, o conhecimento e o comprometimento com as práticas antirracistas, tendo em vista a grave crise estrutural no Brasil e no mundo. Cenário que impacta, fortemente, a população negra.

A proposta aqui toma como base o conceito teórico do racismo, tendo em vista a centralidade do mesmo para a compreensão das particularidades da formação social brasileira e as repercussões na atuação profissional de assistentes sociais. As assimetrias raciais presentes nas relações sociais brasileiras são escamoteadas pelo imaginário da harmonia racial. É fato que, no Brasil, não houve um sistema jurídico de segregação racial concretizado como ocorrido nos Estados Unidos da América e África do Sul. No entanto, a ausência de preceitos legais não impede a existência de desigualdades sociais baseadas na raça/cor dos sujeitos e nem a discriminação de fato.

A suposta democracia racial brasileira possibilita a crença de que o racismo no Brasil não existe, sendo as desigualdades socioeconômicas aquelas que determinam a estratificação social e as possíveis imobilidades sociais das pessoas. Todavia, o racismo, no Brasil, opera como definidor das realizações profissionais e pessoais, sendo um elemento que não pode deixar de ser considerado quando analisadas as iniquidades sociais.

A histórica desigualdade social que cerca a população negra impulsiona o debate e a luta política acerca do racismo de maneira que Estado e sociedade, pressionados pelo movimento negro e pela organização das mulheres negras, são

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



obrigados a discutir sobre as consequências de como atos discriminatórios com base na raça/cor atingem às pessoas que são seus alvos.

As concepções de raça e racismo foram oportunas para justificar a escravidão e fornecer aos sistemas colonialista, imperialista e capitalista ferramentas de manutenção de concentração de riquezas para um determinado grupo social.

A partir de uma perspectiva de totalidade é necessário dizer que o racismo precisa ser entendido através das dimensões políticas, sociais, econômicas, jurídicas e filosóficas, ou seja, como um processo histórico e estrutural.

No Brasil, a identificação dos lugares sociais baseados na aparência, classe, gênero e na cor da pele se constitui como mecanismo de determinação no acesso ao poder e aos diversos direitos disponíveis, assim como a gama de recursos socialmente desejáveis. Deste modo, cabe ressaltar o conceito sobre racismo que o presente trabalho está embasado:

[...] implica a denúncia da existência e atuação de um sistema complexo de hierarquização social que utiliza características biológicas específicas como marcadores de diferenças e desigualdades hierárquicas entre grupos humanos (LOPES; WERNECK, 2009, p.15-16).

Nos termos de Munanga (2004, p. 08), o racismo é:

[...]uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Neste sentido, as experiências das autoras com ações e práticas antirracistas via extensão universitária, ao basear-se no referencial teórico apresentado, pretende estimular assistentes sociais teorizarem e produzirem ações em seus cotidianos de trabalho que oportunizem condições ao acesso aos serviços sociais de maneira mais equânime e integral, onde as dimensões de raça/cor, classe e gênero não funcionem como barreiras para o alcance dos direitos sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

### 3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: uma ferramenta útil para a formação e aprimoramento profissional antirracista

As ações de extensão encampadas pelas autoras visa coadunar com os avanços de ações e práticas antirracistas no meio profissional. Cabe ressaltar que de acordo com a Resolução do Ministério da Educação n.º 7, de 18/12/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a mesma deve promover:

[...] iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena (BRASIL, 2018).

A partir disso, houve o movimento de implementação do Programa Interinstitucional de Enfrentamento ao Racismo – PROIER, coordenado pelas autoras com a intenção de contribuir para o adensamento do debate sobre as relações étnico-raciais nas políticas públicas e sociais no Brasil, entendendo que a população que mais acessa tais políticas é composta, majoritariamente, por pessoas negras. Sendo a categoria profissional de assistentes sociais àquela que está presente na elaboração e operacionalização das políticas cabe questionarmos de que maneira a formação e o fazer profissional tem tido condições de intervir numa realidade onde o racismo é parte de sua estrutura.

Outro fator a ser considerado diz respeito ao precário reconhecimento de assistentes sociais negras em seus espaços sócio-ocupacionais onde situações de desrespeito e descrédito ao trabalho realizado apresenta fortes contornos com base em discriminação racial. Por outro lado, percebe-se que a utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social prescinde de entendimentos mais aprofundados no que tange ao registro do quesito raça/cor, destacando seu sentido e sua funcionalidade relativa ao aprimoramento das ações de enfrentamento ao racismo nos espaços sócio-ocupacionais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Entendemos que a formação profissional em Serviço Social ainda guarda muitas lacunas, uma vez que a formação acadêmica, na maioria dos cursos de graduação, não conta com disciplinas obrigatórias que tratem da temática do racismo, ou quando acontece, são ofertadas na modalidade de disciplinas eletivas ou facultativas (cf. ROCHA, 2014). Essa questão tem sido abordada e colocada com frequência entre as participantes do PROEIR. Isso coloca a necessidade de investimento constante na formação profissional. Logo, as ações de extensão das quais temos proposto visa chamar a atenção para as relações étnico-raciais a partir de uma perspectiva totalitária para que assistentes sociais possam refletir sobre o fazer profissional, coibindo práticas discriminatórias e preconceituosas.

Em suma, o investimento tem ocorrido no sentido de contribuir para a ainda necessária inserção e aprofundamento da temática étnico-racial na formação profissional e para a discussão da mesma no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Neste cenário, o desafio que se coloca é o de demonstrar a importância do debate e das práticas antirracistas nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Sendo assim, a provocação realizada às pessoas participantes do Projeto de Extensão vinculado ao PROEIR, sob o título “Serviço Social: Estratégias de Enfrentamento ao Racismo no Cotidiano Profissional” tem sido o de construir projetos de intervenção ou planos de trabalho que busquem materializar ações antirracistas, utilizando os referenciais bibliográficos estudados, os debates realizados pelas/os professoras/es colaboradora/es e pelas políticas de promoção da igualdade racial. Ao articularmos a extensão ao ensino e à pesquisa pretendemos fortalecer o aprofundamento das temáticas étnico-raciais nas disciplinas de graduação e pós-graduação stricto e lato sensu como preconiza o documento “Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2020).

O PROEIR parte da premissa que o racismo no Brasil é altamente sofisticado e um fator estruturante nas relações sociais. Dessa forma, para a coordenação do referido Programa é de suma importância que profissionais inseridas/os nas políticas

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociais, com destaque para assistentes sociais, tenham total ciência sobre o racismo em suas diversas faces: a estrutural, a institucional e individual.

A partir dos relatos de ex-alunas/os do Projeto de Extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” vinculado ao PROIER, e também dos projetos de intervenção entregues no fim do último módulo deste projeto observamos, enquanto bolsistas da extensão, a defasagem de acúmulo teórico que este projeto tem suprido, uma vez que a disciplinas como “Questão Racial e Serviço Social” ainda enfrentam desafios para comporem as grades curriculares das graduações em Serviço Social do país. Este fato é consequência e expressão do tempo em que o Serviço Social se abdicou a realizar o debate étnico-racial na formação e na atuação profissional.

No cerne do conservadorismo da profissão, a categoria profissional hegemônica taxava o debate como identitário e não como um atravessamento transversal e significativo nas expressões da “Questão Social”. Quando observamos a construção de nossas vivências enquanto bolsistas do programa, temos um saldo positivo em nossa formação extracurricular, uma vez que, através do curso, temos contato com profissionais e experiências de exercício profissional de diferentes territórios do Brasil e de espaços sócio-ocupacionais.

Desta forma, destacamos a grande potência do PROIER, em nossas trajetórias, como mulheres, negras, estudantes de Serviço Social em universidades públicas, convivendo diariamente com as expressões do racismo estrutural dentro e fora dos ambientes acadêmicos.

Sendo assim, este espaço vem colaborando em processos pessoais de construção, auto afirmação e identidade. Vem auxiliando no acesso aos vários professoras/es pretas/os, pardas/os e indígenas, assim como discussões concernentes (que infelizmente ainda são poucas nos cursos de Serviço Social). Além disso, contribui na auto estima acadêmica das monitoras, que anos anteriores, após passarem pelo curso, resolveram continuar o aprofundamento teórico nas discussões em nível de pós-graduação.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Por conseguinte, com a participação nas aulas e aproximação literária sobre discussões étnico-raciais, via Serviço Social, conseguimos desenvolver um olhar mais crítico sobre as realidades expressas nos campos de estágio obrigatório. Deste modo, conseguindo realizar com mais facilidade um diálogo teórico-prático, atrelado ao fazer profissional antirracista.

No mais, o aprofundamento teórico sobre a temática racial possibilita uma atuação antirracista mais incisiva pelo Movimento Estudantil nas instâncias internas de disputa das Universidades, bem como no Movimento Negro. Além disso, imprescindível mencionar a aproximação ao universo acadêmico, à prática de planejamento e de docência, visto que também temos espaço para protagonizar o direcionamento e condicionamento dos encontros formativos.

O Projeto de Extensão “Serviço Social: Estratégias de Enfrentamento ao Racismo no Cotidiano Profissional”, direcionado para assistentes sociais e estudantes de graduação em Serviço Social, aborda o racismo como elemento estruturante nos espaços sócio-ocupacionais. Na saúde, por exemplo, as mulheres negras, segundo a Fiocruz no ano de 2022, foram àquelas que mais sofreram violência obstétrica, uma vez que o estereótipo racista e escravocrata das mulheres negras como fortes e guerreiras continua presente no imaginário racista da sociedade brasileira. O Projeto, por sua vez, trabalha as essências desses fenômenos racistas que atravessam a sociedade com o intuito de suspender a imediaticidade dos fatos e os mostrarem como são. Ademais, o Projeto, além de ser um espaço de troca de saberes, também tem se mostrado como um espaço de fortalecimento e aquilombamento de profissionais e estudantes negros.

Assim, durante as aulas, as/os alunos costumam compartilhar vivências pessoais, acadêmicas ou profissionais a respeito de como o racismo estrutural perpassa suas vidas, materializando-se em diferentes espaços do cotidiano, possibilitando uma coletivização de lutas comuns a todas/os, tornando um verdadeiro espaço de afeto, apoio e mobilização.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Deste modo, o espaço também serve como rede de articulações, no que tange o trabalho do Serviço Social em diversas áreas, como educação, assistência, saúde, sócio-jurídico, entre outros, desde profissionais nas esferas de gestão até aos espaços de acesso da população usuária dos serviços públicos.

Logo, podemos afirmar que a Extensão Universitária tem se revelado como uma excelente ferramenta para a luta antirracista dentro do Serviço Social brasileiro. Vale ressaltar, ainda, que assim como o racismo, a luta antirracista deve ser uma pauta urgente para toda a sociedade, já que não foram as pessoas negras responsáveis por forjarem o racismo. Por agora, precisamos que toda a sociedade se empenhe e trabalhe para que, parafraseando o rapper Djonga, possamos dar outro sentido para a frase: “Tinha que ser preto!”

## 4 CONCLUSÃO

A partir do exposto, mesmo com base em resultados parciais, analisamos que o Projeto de Extensão “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional” tem se apresentado como ação potente para o debate. A contextualização e a problematização acerca do racismo estrutural na sociedade brasileira tem contribuído para a construção de ações e práticas antirracistas. Os encontros realizados sinalizam a urgência da apreensão crítica da realidade social e histórica brasileira no que tange o racismo estrutural e seus rebatimentos na vida da população negra.

Verificamos que assistentes sociais precisam se debruçar na efetivação do Projeto Profissional crítico no cotidiano a partir das condições concretas que se colocam na realidade, em sua totalidade social. Num movimento de análise das situações concretas que pautem as contradições existentes na vida da população negra brasileira.

Acreditamos que a proposta percorrida é de grande importância, relevância social e se apresenta como uma ação potente no combate ao racismo estrutural que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



perpassa a sociedade brasileira. Além disso, é possível afirmar que, num cenário de desmonte e ataque à educação pública, gratuita e de qualidade, ações extensionistas, que visam dialogar e qualificar profissionais inseridos nos mais diversos espaços de atuação profissional são expressões de resistência e de insurgência mediante uma realidade tão adversa.

Entendemos que a universidade tem um compromisso político com a população, sobretudo, àquela que mais tem sofrido os reveses do sistema capitalista. Para isso, identificamos as ações extensionistas como uma importante ferramenta para reconhecer o real compromisso do Serviço Social com o trabalho coletivo e o atendimento das necessidades sociais, tendo como base as relações étnico-raciais, considerando os importantes marcos legais de promoção da igualdade racial no Brasil. Além disso, contribui para o necessário fortalecimento da articulação entre teoria e prática, tanto na formação quanto no fazer profissional.

Buscamos demonstrar o quanto é importante fugirmos de improvisações, tendo em vista a necessidade de intervirmos a partir de um trabalho planejado onde devemos incorporar a capacidade teleológica. Assim, a construção de projetos de intervenção que vislumbrem soluções para além das requisições institucionais fortalece o reconhecimento da profissão na complexa divisão sócio-técnica do trabalho com atenção ao caráter racial e de gênero das quais estão inseridas as relações sociais.

Ressaltamos a necessidade de apropriação, por parte dos profissionais, de subsídios para o atendimento das demandas postas cotidianamente. Tais demandas prescindem do entendimento de como a produção e reprodução da vida no Brasil tem relações radicais com o racismo. Para isso, reforçamos a ideia de que o compromisso ético e político do Serviço Social deve ocorrer a partir de estratégias que articulem o trabalho profissional com o sentido coletivo e democrático em torno da população que busca seus atendimentos. O fortalecimento da dimensão interdisciplinar que coadune com o enfrentamento ao racismo e o conhecimento e apropriação das legislações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



específicas do campo de trabalho do qual nos encontramos é fundamental neste caminho.

Para isso, evidenciamos a urgente necessidade de entendermos que a formação e o trabalho profissional comprometidos com práticas antirracistas necessita da “apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social” (CFESS, 2016, p.16). Conforme nos coloca Roseli Rocha (2016), esse movimento fortalece o projeto ético-político profissional, objetivando uma sociabilidade com valores emancipatórios, onde possamos vislumbrar uma realidade fora do julgo de discriminações, explorações e opressões de classe, gênero e raça. Sendo assim, a extensão universitária tem se mostrado uma ferramenta potente para tal formação e ao ser articulada ao ensino e pesquisa apresenta condições importantes de contribuir para os desafios postos ao enfrentamento ao racismo por assistentes sociais.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social**. ABEPSS: Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social201812041419427146430.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social201812041419427146430.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: 2018. Disponível em: [http://www.proex.uff.br/docs/legislacao/Resolucao\\_CNE\\_07\\_2018\\_Diretrizes\\_Extensao.pdf](http://www.proex.uff.br/docs/legislacao/Resolucao_CNE_07_2018_Diretrizes_Extensao.pdf).

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). **Lei n. 13.005 de 2014**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, **Caderno 03: Racismo**. Texto elaborado por Roseli Rocha. Brasília, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2021/11/Escravismo-Colonial-Web.pdf>.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. **Saúde da população negra**: da conceituação às políticas de direito. In: WERNECK, J.P. (org.) Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2004. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2004. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>.

NASCIMENTO, Abdias. **O Branqueamento da Raça: uma estratégia de genocídio** (p. 83 a 92). In: O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista**. In: ABRAMIDES; DURIGUETTO (orgs). Movimentos Sociais e Serviço Social – uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO

